

Opinião



Alimentos orgânicos na preferência dos consumidores

Paulo Sergio Tagliari¹ e Paulo Ceser Zoldan²

Cresce no mundo inteiro a demanda pelos alimentos orgânicos, tendo a sua comercialização atingido, em 2009, a cifra de 50 bilhões de dólares, estimando-se em 30% o volume anual de crescimento. O Brasil é considerado atualmente o quinto maior produtor mundial, com 1,77 milhão de hectares cultivados (Willer, 2010).

O Brasil tem o maior mercado consumidor de orgânicos da América do Sul, e esse mercado está em crescimento. É considerado pelos principais importadores de orgânicos – EUA, União Europeia e Japão – como o país de maior potencial de produção orgânica para exportação. Cerca de 70% (açúcar, soja, café) da produção orgânica brasileira é exportada; as frutas e verduras (30%) são vendidas internamente (Santiago & Harkaly, 2010). Em Santa Catarina a produção atual gira em torno de 40 mil toneladas, baseando-se nos dados do levantamento elaborado pela Epagri/Cepa, em 2001, e acrescentando-se um fator de incremento de 10% ao ano (Oltramari et al., 2005).

A preferência dos consumidores por alimentos de melhor qualidade, sem o risco da presença de agrotóxicos, é a grande mola propulsora desse segmento cada vez maior do mercado. Santa Catarina quinze anos atrás contava com não mais que cinco ou seis associações de produtores agroecológicos, e hoje já passam de 50 entidades e 1.800

famílias (Projeto Agroecologia, 2008) (LAC, 2003). Existem também outros milhares de famílias de agricultores catarinenses de baixa renda não incluídos no mercado tradicional, que praticamente não usam insumos agroquímicos em suas lavouras e hortas e que podem ser considerados orgânicos/naturais. No Estado, uma das principais ações incentivadoras para a agricultura sustentável foi o Programa Microbacias, que iniciou no final da década de 80 com a proposta de melhoria ambiental através de diversas técnicas de conservação do solo, como adubação verde, cultivo mínimo, proteção de água, entre outras.

A demanda dos agricultores por essas novas técnicas agroecológicas de produção pressionou as universidades, as organizações não governamentais e as entidades públicas de pesquisa e extensão rural a rever seus programas, priorizando a produção ambientalmente correta e o manejo agroecológico das lavouras e criações. Um exemplo disso é a própria Epagri, que, no início da década passada, desenvolveu um grande projeto de profissionalização de produtores rurais, com cursos básicos de agroecologia sendo ministrados em diversas regiões do Estado, que envolveram mais de 4 mil agricultores e 300 técnicos da Empresa e de outras instituições. Pesquisadores realizaram inúmeros experimentos científicos nas estações experimentais

da Epagri e em propriedades de agricultores, alguns em parceria com as universidades federal e estadual, escolas agrotécnicas e outras entidades, para testar novas técnicas e repassá-las aos agricultores e empresários rurais que estão apostando na produção agroecológica (Projeto Agroecologia, 2008). Ao mesmo tempo, extensionistas, nos vários escritórios locais da Epagri, em todo o Estado, iniciaram a assistência aos produtores interessados. Atualmente, há necessidade de que essas ações sejam retomadas e ampliadas.

Consumidores mais exigentes

A sociedade brasileira, em especial a catarinense, não admite mais a intensa contaminação do meio ambiente e da saúde do consumidor e do agricultor pelo uso desenfreado de pesticidas. O Centro de Informações Toxicológicas (CIT), situado no Hospital Universitário da UFSC, possui levantamentos bastante preocupantes. De 1990 até 2007, o CIT detectou 9.300 intoxicações de agricultores no Estado e 233 óbitos. Segundo os técnicos do Centro, isso representa apenas uma parte (aquilo que se conseguiu registrar) da realidade. Os números, na verdade, são maiores. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério da Saúde, tem realizado anualmente um levantamento padrão da contaminação por agrotóxicos nos alimentos (hortaliças) em diversos pontos de venda no Brasil. O que se tem observado é que boa parte das verduras e frutas que chegam à casa dos consumidores apresenta teores de agrotóxicos acima do recomendado e também substâncias proibidas para os diferentes alimentos (Anvisa, 2009).

Preocupadas com essa situação, entidades formadas por produtores orgânicos estão investindo na saúde das pessoas. Um exemplo recente é o fornecimento, inicialmente em pequena escala, de verduras orgânicas para um dos maiores hospitais catarinenses, o Hospital de Caridade de Florianópolis. O próximo passo visa atender o Hospital da Universidade Federal de Santa

¹ Eng.-agr., M.Sc., Epagri/Gerência de Marketing e Comunicação (GMC), C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (48) 3239-5533, e-mail: ptagliari@epagri.sc.gov.br.

² Economista, M.Sc., Epagri/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa), C.P. 1587, 88034-000 Florianópolis, SC, fone: (48) 3239-3940, e-mail: zoldan@epagri.sc.gov.br.



Os produtos orgânicos estão cada vez mais presentes em feiras, lojas e supermercados catarinenses

Catarina. O próprio restaurante universitário da UFSC já está iniciando o fornecimento de comida orgânica. E pequenos restaurantes de Florianópolis começaram a servir saladas agroecológicas em seus bufês. Outra importante novidade, que já acontece em Florianópolis, é a comercialização de alimentos orgânicos diretamente na casa dos consumidores, com encomendas dos produtos através da internet. Os preços são atrativos e as encomendas são entregues uma vez por semana. Para essas encomendas, o pedido mínimo é no valor de 30 reais.

Políticas públicas

Para atender a crescente demanda por alimentos orgânicos, é necessário que tanto o governo federal como o estadual e o municipal, além da iniciativa privada, abracem a ideia dos orgânicos com vigor.

Santa Catarina tem um programa pioneiro no País denominado Saber e Sabor, que consiste numa parceria da Secretaria Estadual de Educação com inúmeras associações de produtores orgânicos para compor a alimentação escolar orgânica. O programa atendeu, até 2009, 130 escolas básicas estaduais e 90 mil crianças, duas vezes por semana, com alimentos orgânicos, e a meta é atender a totalidade da população escolar até 14 anos, ou seja, 900 mil alunos. Atualmente, o programa está prejudicado devido aos cortes de verbas por parte do governo estadual. Mas a expectativa é de que, com o novo governo eleito, ele retorne com ampliação do público escolar atendido, pois o alcance social,

econômico e ambiental é muito grande.

Também foi formado recentemente o Programa SC Orgânicos, que envolveu inicialmente 15 associações de agricultores agroecológicos, com os seguintes apoios: Ministério da Agricultura (Mapa), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Epagri, Cidasc, Sebrae, Banco do Brasil, Câmara Italiana de Comércio e Indústria de SC, SDRs, prefeituras, universidades, escolas agrotécnicas, além de outras entidades. Esse programa visa compor forças e iniciativas para viabilizar a produção e comercialização, procurando envolver grupos de produtores em vez de indivíduos isoladamente. Com apoio do Mapa, um dos resultados dessa iniciativa foi capacitação de associações e cooperativas de agricultores agroecológicos em técnicas de comercialização, ministradas pela Fundação Dom Cabral, de Minas Gerais.

Outro resultado é o levantamento da produção orgânica catarinense, iniciado pela Epagri/Cepa no ano 2010, que pretende fazer um diagnóstico da produção orgânica estadual, procurando detectar quem são os produtores, o que e quanto produzem, como vendem, etc. Paralelamente a esse empreendimento a Epagri/Cepa está procurando organizar um portal na internet (Zoldan, 2010) onde pretende incluir informações atuais e práticas sobre a agricultura orgânica/agroecológica do Estado, além de divulgar estudos, projetos, inovações tecnológicas, notícias e eventos no campo da produção, do consumo e do mercado

de produtos orgânicos/agroecológicos e afins. Além disso, pretende facilitar a formação e a consolidação de parcerias entre agricultores, suas organizações, as agroindústrias, o mercado, inclusive o institucional, os consumidores e demais agentes da cadeia produtiva.

E, finalmente, mas não menos importante, é a proposta estratégica da implantação do ICMS Agroecológico. Trata-se de uma reivindicação do setor dos orgânicos que visa beneficiar toda a sociedade. Espera-se o apoio da classe política para esse novo desafio, pois é sabido que, ao se reduzir a taxa de imposto, consegue-se incentivar o comércio dos produtos e diminuir a sonegação. No final, todos saem ganhando. O governo com mais arrecadação, o setor com mais estímulo, os consumidores com mais oferta a preços equilibrados e mais saúde, e a natureza com mais proteção e sustentabilidade.

Literatura citada

1. ANVISA. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). Resultados de 2009. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/14318b0042f5775689429536d6308db/ResultadosPARA2009.pdf?MOD=AJPERES>>. Acesso em: 27 jan.2011.
2. LAC (Levantamento Agropecuário de Santa Catarina). Dados e informações do LAC. Epagri/Cepa, 2003.
3. OLTRAMARI, A.C.; ZOLDAN, P.C.; ALTMANN, R. *Agricultura orgânica em Santa Catarina*. 2.ed. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2005. 55p.
4. PROJETO AGROECOLOGIA. *Desenvolvimento de Sistemas Agroecológicos para a Agricultura Familiar de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri/Gerência de Pesquisa e Extensão Rural, 2008. 11p.
5. SANTIAGO, J.P.; HARKALY, A. *Perguntas frequentes sobre orgânicos*. Disponível em: <http://www.ibd.com.br/news_detalhe.aspx?idnews=242>. Acesso em: 20 dez. 2010.
6. WILLER, H. Organic Agriculture Worldwide: The main results of the FiBL-IFOAM Survey 2010. *Biofach Congress*, Nürnberg, 19 fev. 2010.
7. ZOLDAN, P.C. *Portal da Produção Orgânica de Santa Catarina*. Projeto submetido ao MDA por intermédio da SAF e do CNPq. (Edital do MDA/SAF/CNPq - NO58/2010 - Chamada 1). Florianópolis, out. 2010. 37p. ■